



Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE)
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

ISSN Eletrônico 2175-6600

Vol. 14 | Número Especial | 2022

Mara Rubia Santos Souza



Rede pública municipal de ensino de Uberlândia
mara_rubia14@yahoo.com.br

Valéria Asnis



Universidade Federal de Uberlândia
valeria.asnis@ufu.br

A REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO: UM RETROCESSO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

RESUMO

A obra apresenta uma discussão acerca das visões de sociedade e educação no contexto do liberalismo econômico e da reforma educacional, com vistas a propiciar uma reflexão não apenas neste âmbito, mas também no âmbito social de processos provenientes desta.

Palavras-chave: Educação. Reforma. Escola pública. Privatização.

BUSINESS EDUCATION REFORM: A SETBACK IN BRAZILIAN EDUCATION

ABSTRACT

The work presents a discussion about the visions of society and education in the context of economic liberalism and educational reform, seeking to provide a reflection not only in this scope, but also in the social scope of processes arising from it.

Keywords: Education. Remodeling. Public school. Privatization.

Submetido em: 23/02/2022

Aceito em: 04/05/2022

Publicado em: 10/06/2022



<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2022v14nEsp696-701>



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

RESENHA

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160p.

Escrito por Luiz Carlos Freitas, professor titular (aposentado) da Faculdade de Educação da Unicamp, onde atualmente é Professor Colaborador, a referida obra está dividida em capítulos temáticos e promove uma discussão acerca das visões de sociedade e educação no contexto do liberalismo econômico e da reforma educacional, com vistas a propiciar uma reflexão não apenas neste âmbito, mas também no âmbito social de processos provenientes desta, além de oferecer possíveis formas de resistência a este movimento.

Na introdução, Freitas (2018) realiza uma contextualização histórica acerca do panorama brasileiro em que se constituíram os deslocamentos e reordenamentos da ordem política em busca da implementação de bases nacionais curriculares. O autor elucida que tanto a elaboração de documentos e dispositivos legais de referências nacionais curriculares quanto os processos advindos destes – como as avaliações de larga escala, as quais asseguram sua efetivação – remontam aos anos de 1950, nos Estados Unidos, e 1988, no Brasil, demonstrando que as articulações políticas empreendidas por um sistema educacional sob controle é algo arquitetado há várias décadas. O autor mostra o quanto os partícipes do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e do Partido da Frente Liberal (PFL) se beneficiaram do golpe jurídico-parlamentar de 2016 no Brasil, o qual culminou em um afastamento do período desenvolvimentista de administração do país realizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), retornando ao estágio da visão neoliberal de governo.

No capítulo intitulado *Origens e fundamentos da reforma: breve contextualização*, Freitas (2018) tece suas considerações acerca da constituição do neoliberalismo. Para tanto, utiliza uma linha do tempo a fim de demarcar fatos históricos que representam algumas transformações na sociedade. Ele afirma que em 1990 ressurgiu o liberalismo econômico, cujo objetivo principal se atém a instalar o livre mercado. Entretanto, com as eleições de 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT) inicia um período de contraposição à realidade posta no país, comprometida com o lucro empresarial. O autor expõe, por meio do estudo de Nancy McLean (2017), a relação do trabalho de James Buchanan, nos Estados Unidos, e de Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, na Áustria, como sustentáculo

teórico de oposição às ideias da social-democracia. Buchanan é indicado como responsável por implementar o projeto de *vouchers*, criado por Milton Friedman (1955), cujo objetivo é proporcionar a “escolha dos pais” em relação à escola dos filhos. Freitas (2018) elucida, ainda, que na concepção neoliberal a educação é o meio fundamental utilizado para difundir seus ideais, uma vez que, vista como uma empresa, a escola e os professores ficam à mercê de projetos como “Escola sem Partido”, que usurpam sua liberdade criativa, sua autonomia e suas formas de tratar o conhecimento científico.

No texto *Os novos “reformadores”*, Freitas (2018) explana a visão dos reformadores sobre a sociedade e dá seguimento à discussão sobre os *vouchers*, apontando para um movimento de verticalização e para a educação como um serviço. Nessa perspectiva, o autor abre a possibilidade para algumas designações no movimento das reformas educacionais, a saber: reforma empresarial, Movimento Global da Reforma Educacional e nova gestão pública, optando por utilizar a primeira. Ele esclarece que os reformadores são organizações que utilizam diversos mecanismos com a finalidade de se infiltrar em vários setores sociais, nos quais poderão efetivar as reformas educacionais numa vertente mercantilista.

Na temática *Privatização ou Publicização? Existe “meia” privatização?*, Freitas (2018) revela que não há distinção entre os termos, valendo-se da proposta de reforma de Bresser Pereira. Ele enfatiza que, mesmo quando “apenas” a gestão da escola é realizada pela empresa privada ou por Organizações sem fins lucrativos – ONGs, ou seja, a publicização, esta consiste numa forma de encetá-la no processo de privatização, destacando que os *vouchers* caracterizam a forma mais elevada de privatização e, principalmente, isenta da interferência do Estado. Nesse contexto, o autor clarifica que a escolha do termo “reforma empresarial da educação”, respaldado na definição de Diane Ravitch (2013), deve-se ao fato de que “... caracteriza o ‘modelo empresarial’ que se quer para a escola (e para todos os direitos sociais) e define a autoria, financiamento e intencionalidade da proposta de forma mais direta: destruir o sistema público de educação...” (FREITAS, 2018, p. 54). Dessa forma, a escola, na realidade do neoliberalismo, deixa de realizar processos que são pertinentes a uma instituição pública e passa a realizar processos característicos de uma empresa, com suas próprias agendas e ideologias circunscritas na lógica do mercado.

Ao abordar o capítulo *Evidência empírica, ética e privatização*, Freitas (2018) demonstra, por meio de estudos e pesquisas, que os processos de privatização obtiveram pífios resultados ou que não lograram êxito nos países onde foram implementados. O autor apresenta estudos realizados nos Estados Unidos, no Chile e no Brasil, os quais

enfatazaram a questão da privatização (decorrente da terceirização “escolas charters” e da política de *vouchers*). O estudo brasileiro, realizado em 2018, faz referência a um programa de tempo integral no Ensino Médio com parceria entre público e privado, o qual demonstra a segregação econômica com vistas a melhorar o rendimento em avaliações de larga escala.

Dando seguimento à discussão, no texto *Padronização, testes e accountability: a dinâmica da destruição*, é elaborado um “esquema” que embasa a reforma empresarial, na qual as bases nacionais comuns fornecem o que deve ser ministrado pelos professores – competências e habilidades –, e quando estas devem ser trabalhadas em sala de aula, sendo sua execução verificada por avaliações de larga escala, que servem de subsídio para responsabilizar as escolas e os professores pelo mau desempenho dos estudantes nos referidos testes. Os resultados dessas avaliações fornecem dados para a estratificação da qualidade do ensino realizado nestas instituições e conduz a escola ao processo de privatização ou à destruição deste bem público.

Ao realizarmos a leitura do tema *Obstruindo a qualidade da escola pública: mais implicações éticas*, verificamos que Freitas (2018) apresenta trabalhos científicos que abordaram os resultados da implementação de leis com políticas de testes e responsabilização, especialmente nos Estados Unidos, onde este processo ocorre há 15 anos. O autor registra que tais testes não culminaram no aumento do desempenho acadêmico dos estudantes e não refletem a realidade da aprendizagem, uma vez os alunos estariam susceptíveis à influência de diversos fatores, como treino das questões e exclusão de estudantes com baixo rendimento.

No capítulo *Controlar o processo, precarizar o magistério*, Freitas (2018) esclarece que, para a reforma empresarial da educação, é fundamental a imersão da escola em processos tecnológicos, definidos pelo autor como neotecnicismo, bem como o controle da gestão pelas agências empresariais. Na dinâmica pelo desmantelamento da educação pública, acrescenta-se a implementação de bases nacionais, inspecionadas por avaliações censitárias, as quais, transpostas para os meios virtuais das plataformas digitais, visam atender aos interesses do capital com vistas a obter maior produtividade.

No texto *Impactos nos estudantes: “Toda a escola, seentido!”*, o autor sinaliza que, neste contexto, a escola passa a adotar critérios severos de conduta e é vista como meio de incorporar comportamentos e capacidades supostamente alinhados à nova sociedade, na qual os estudantes que não se adequam são expulsos e permanecem à margem da educação e de oportunidades, seja para o ingresso em uma universidade, seja para o mercado de trabalho.

Frente a essa realidade arquitetada pela lógica empresarial, Freitas (2018) aponta, em *Um outro horizonte é possível*, alguns elementos salutares à nossa reflexão, a exemplo da finalidade da educação, cujo cerne se encontra em “... formar lutadores e construtores de uma sociedade mais justa, sob as bases da participação coletiva – na escola e na sociedade – em estreita relação com sua comunidade, da qual faz uma escola faz parte” (FREITAS, 2018, p. 128).

No último capítulo do livro, intitulado *Uma proposta para a resistência*, Freitas (2018) esclarece que o movimento da reforma empresarial busca diversos meios para se solidificar nos processos educacionais; contudo, cabe às escolas organizar formas de contrapô-lo junto à comunidade na qual se insere, e cabe às universidades a produção de pesquisas que evidenciem as máculas e os danos destas ações para os estudantes e professores. Além disso, o autor conclui a obra listando uma série de elementos que constituem sinalizações para a elaboração de uma resistência, dentre os quais sublinhamos a revogação da BNCC atual e a reforma do Ensino Médio.

Ao refletir sobre essas sinalizações presentes na conclusão do autor, é possível reconhecer sua legitimidade, uma vez que se faz necessário identificarmos os efeitos deletérios da implementação de bases nacionais comuns no ambiente escolar. Dessa forma, a BNCC representa um ponto de retrocesso na educação brasileira, pois marginaliza os conhecimentos científicos, reduzindo-os a competências e habilidades.

Freitas (2018) procura, no transcorrer de toda a obra, trazer elementos que ilustrem e facilitem a compreensão do leitor, e por isso lança mão da apresentação de estudos e pesquisas realizadas por diversos autores, dentre os quais destacamos Demerval Saviani (2020), que também apresenta sua visão sobre a base nacional brasileira e afirma que a feitura de testes padronizados nos diversos níveis de ensino não coaduna com as teorizações construídas no âmbito educacional.

Por fim, a obra não menciona explicitamente a perspectiva epistemológica, mas apresenta elementos que constituem a corrente do materialismo histórico-dialético, por delinear o percurso histórico do engendramento do neoliberalismo na sociedade vigente. Assim, as questões levantadas pelo autor estão de acordo com aquelas discutidas por autores como Frigotto (2017), Macedo (2018) e Duarte (2020). Nesse sentido, a obra possui relevância social, na medida em que aborda, também, aspectos éticos advindos dos processos de implementação de bases nacionais e seus riscos para a formação de crianças e adolescentes, além de compor um meio salutar de perfazer resistências que confrontem e/ou inibam a efetivação das fases de privatização expostas pelo autor.

REFERÊNCIAS

DUARTE, N. Um montão de amontoado de muita coisa escrita. Sobre o alvo dos ataques obscurantistas ao currículo escolar. In: MALANCHEN, J., MATOS, N. da S. D. de; ORSO, P. J. (Org.) **A Pedagogia Histórico- Crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2020.

FRIGOTTO, G. (Org.) **Escola "sem" partido**. Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

MACEDO, E. "A base é a base". E o currículo o que é? In: AGUIAR, M. A.; DOURADO, L. F. (ORG.). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Livro eletrônico. Recife: Biblioteca Anpae, 2018.

MACLEAN, N. **Democracy in chains: the deep of the radical right's stealth plan for America**. New York: Penguin, 2017.

RAVITCH, D. **Reign of error: the hoax of the privatization movement and the danger to America's Public Schools**. New York: Alfred A. Knopf, 2013.

SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. In: MALANCHEN J.; MATOS, N da S. D.; ORSO, P. J. (Org.) **A Pedagogia Histórico-Crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas: Editores Associados, 2020. p. 07-30.